

Congresso aprova a LDO e restringe política fiscal

O Congresso Nacional aprovou ontem, no primeiro dia da sessão extraordinária, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Aprovada por acordo de lideranças, a lei que balizará o orçamento de 1993, cria dificuldades para a manutenção da política fiscal (de gastos do Tesouro) restritiva praticada até agora pelo Governo. As modificações reduzem também o poder do Governo Federal de beneficiar aliados políticos.

O acordo das lideranças manteve o texto do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), aprovado na Comissão Mista de Orçamento. O Governo desistiu de retirar o dispositivo do artigo 31, que destina a investimentos pelo menos dez por cento da receita de impostos, excluídas as transferências constitucionais a estados e municípios e as receitas vinculadas às atividades de seguridade e educação. Esse dispositivo, combinado com o artigo 43, que permite a emissão de títulos para pagar encargos da dívida interna, quebra a rigidez da política fiscal seguida até agora pelo Governo.

Em compensação, o Governo ganha autonomia para decidir sobre a aplicação de eventuais ganhos de receita com a reforma fiscal, caso a reforma seja aprovada depois de votado o orçamento

de 1993. A lei restringe também o poder do Ministério da Economia de contingenciar a execução do orçamento, ao determinar que ao final de quatro meses nenhum projeto poderá ter execução superior a mais de 20 por cento da média acumulada dos demais programas.

Com a determinação de destinar recursos obrigatoriamente para investimentos, o Tesouro terá de colocar novos títulos no mercado para pagar a despesa com o serviço de juros. Até agora a política tem sido de resgatar a dívida que vai vencendo, com recursos fiscais, em detrimento dos investimentos.

A LDO manteve parâmetros do ano passado, como a fixação de preços médios para a despesa, mas substituiu o indexador, trocando o INPC pelo IGP, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. E introduziu critérios moralizadores para a distribuição de verbas pelo Congresso.

Programa nuclear — Por acordo de lideranças, o Congresso aprovou também a revisão do Plano Plurianual, garantindo recursos para o programa nuclear paralelo. A Marinha foi autorizada a desenvolver o projeto de um submarino nuclear, além dos quatro submarinos convencionais em

que vem trabalhando.

O plano detalha as metas e programas do Governo para os próximos três anos. O programa de defesa naval foi contemplado com recursos da ordem de 5,8 bilhões de dólares nesse período, contra 2,7 bilhões da defesa aérea e 5,7 bilhões de dólares da defesa terrestre. A usina nuclear de Angra 2 foi contemplada com um bilhão de dólares. A destinação de verbas do orçamento fiscal para habitação ficou em 70 milhões de dólares e para saneamento atingiu apenas cem milhões de dólares.

Sessão solene — Os trabalhos do Congresso, no recesso legislativo, foram iniciados em sessão solene, presidida pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Na oportunidade, Benevides pediu aos deputados e senadores que permaneçam em Brasília, durante o mês de julho, para votação das pautas incluídas na convocação extraordinária, solicitada pelo presidente da República, e na autoconvocação do próprio Congresso. "Precisamos dar **quorum** às votações, para que possamos mudar a imagem e criar respeitabilidade na opinião pública com relação ao Congresso Nacional", destacou o presidente do Congresso.